

Francisco Ribeiro da Silva

Objectivos e aspectos estratégicos da invasão de Soult

R E S U M O

Embora as chamadas invasões francesas, sob o ponto de vista de história nacional e europeu devam ser estudadas em bloco, não há dúvida que, na perspectiva da cidade do Porto e do Norte do país, a mais marcante das arremetidas napoleónicas foi a de Soult, em 1809. Mas, para além do cenário geográfico da invasão, propomos ao leitor uma leitura, (inspirada nas Memórias de M. Le Noble), tanto dos objectivos do Duque da Dalmácia bem como da sua grande capacidade estratégica, manifestada no desenrolar das operações.

1. Introdução

Em Maio de 2006 tive a oportunidade de participar, no Museu Militar do Porto, no lançamento da tradução espanhola de um livro que foi originalmente escrito em francês e publicado em Paris no longínquo de 1821 com o título – *Mémoires sur les opérations militaires des Français en Galice, en Portugal, et dans la vallée du Tage en 1809, sous le commandement du maréchal Soult, duc de Dalmacie, avec un atlas militaire*¹. O nome do autor é o conhecido Pierre Le Noble.

O livro interessou-me de veras. Que tem ele de especial?

Três marcas parecem-me muito relevantes: a primeira é a do tempo da escrita. O texto trata das operações militares dos franceses na Galiza, no norte de Portugal e no Vale do Tejo em 1809, ou seja, é uma memória da segunda invasão francesa, redigida durante ou pouco tempo depois das ocorrências relatadas. O tradutor do livro, Mark Guscín, sugere mesmo que o autor tomava notas quase diariamente, em tempo real.

A segunda são as circunstâncias do autor. Le Noble era comissário-chefe da administração das tropas comandadas por Soult, por nomeação do próprio Napoleão², e fazia parte das suas funções tratar das questões logísticas e de manutenção militar, ou seja, da alimentação, do calçado, das armas e munições e naturalmente do tratamento dos feridos e enfermos do exército francês. Aliás, chegou a ser nomeado por Soult Intendente Geral de Portugal³. Assim sendo, é testemunha ocular de grande parte dos episódios narrados. Embora não fosse um militar operacional, para além do que lhe foi dado observar teve ensejo de ouvir descrições dos próprios intervenientes. E o facto de ser colaborador muito próximo de Soult (partira do marechal a sugestão da sua nomeação) deu-lhe possibilidade de se aperceber bem das suas capacidades, das suas ideias e dos seus objectivos estratégicos.

A terceira relaciona-se com o espaço em que decorrem as operações: o norte de Portugal e em especial a cidade do Porto constituem o chamado teatro das operações.

É evidente que, nas circunstâncias do autor, nem tudo são vantagens e virtudes. E um livro de Memórias nem sempre ou só dificilmente é um livro de História, embora possa ser uma boa fonte histórica. Quem lê livros de Memórias, e quem lê este em especial, tem de admitir que, à partida, a proximidade afectiva do autor ao patrão lhe dificulta ou até impede a isenção, sobretudo quando se trata de emitir juízos sobre a pessoa do chefe e as suas decisões. Aliás, verifica-se que não há, ao longo das suas 300 páginas, uma palavra de crítica a Soult, sobrando as de louvor e admiração pelo marechal. Ao contrário, são notórias e frequentes as críticas a Napoleão, afirmando,

¹ LE NOBLE, Pierre, *Memorias de las operaciones militares de los franceses en Galicia, Portugal y el valle del Tajo en 1809*, trad. de Mark Guscín, La Coruña, Arenas Publicaciones, 2005.

² LE NOBLE, P., o.c., p. 63.

³ LE NOBLE, P., o.c., p. 215.

por exemplo, que Bonaparte, para além de não perceber nada de Portugal e de Espanha, foi o responsável pelo fracasso de Soult. De facto o Imperador habituado às grandes batalhas clássicas, nunca foi capaz de entender a guerra de guerrilha⁴ que aqui se desenvolveu e que tão largo futuro haveria de ter.

Em suma, os Historiadores têm-lhe apontado defeitos de parcialidade mas, como seria de esperar, não deixam de o aproveitar como fonte.⁵

Digamos então que, apesar das omissões e das incorrecções, apesar das centenas de livros de Memórias que a propósito das guerras napoleónicas foram escritas na Europa, sobretudo em França e na Inglaterra, esta reveste-se de muita utilidade não só em virtude dos pormenores abundantíssimos acerca das acções desenvolvidas e das movimentações e deslocações dos diversos corpos de tropas, mas também pelo cuidado que o autor demonstrou em apurar e fornecer apontamentos sobre a história das localidades. São de relevar ainda as informações estatísticas e factuais que fornece, embora tenham que ser utilizadas com prudência, sobretudo quando pretendem sugerir comparações entre a potência invasora e os resistentes⁶.

Pode afirmar-se ainda, em abono do seu mérito, que o livro fornece excelentes materiais para a elaboração de um guião de um hipotético filme sobre a segunda invasão francesa. Pelo que concordamos inteiramente com o tradutor da versão espanhola segundo o qual «é um livro fundamental para a história da invasão napoleónica da Galiza e de Portugal».

Utilizando-o quase exclusivamente como fonte para esta comunicação, tenho consciência da lacuna que constitui o facto de não a confrontar com descrições de outros memorialistas, incluindo a do próprio Soult, excepto num ou noutro caso.

Por que é que se deram as invasões francesas?

Antes de entrar no meu tema, talvez seja pertinente voltar a pôr aqui a questão mil vezes colocada: por que é que aconteceram as invasões francesas?

Em termos simples, poderemos lembrar que Portugal, após a revolução francesa de 1789 e a expansão imperialista que se lhe seguiu, cedo se integrou no grupo dos grandes países europeus que resolveram fazer frente ao imperialismo gaulês. Mas, como as grandes batalhas e movimentações militares se desenrolavam longe das suas fronteiras, os nossos governantes, tendo consciência de que não éramos uma grande potência, tentaram manter enquanto puderam a atitude que menos nos prejudicasse – o que veio a dar numa certa indefinição, num neutralismo pouco consistente, num tentar «agradar a gregos e a troianos» na correcta apreciação de António Pedro Vicente⁷. Na verdade, houve uma altura (1804) em que Napoleão reconheceu a neutralidade de Portugal, talvez admitindo que quem não é contra mim, é por mim. Mas naquela conjuntura, mais tarde ou mais cedo, Portugal teria que optar entre manter-se fiel à secular aliança com a Inglaterra ou entrar na órbita da pretendida hegemonia francesa. De resto, a situação não era inédita na História de Portugal. Em 1762, em plena Guerra dos Sete Anos, a Espanha e a França tentaram obrigar Portugal a aderir ao Pacto de Família, celebrado no ano anterior e a posicionar-se contra a Inglaterra. Portugal quis também então navegar na neutralidade mas isso foi entendido com uma colaboração com a outra parte e a invasão pelas tropas espanholas e francesas tornou-se inevitável, com a ocupação das praças de Vimioso, Miranda do Douro, Castelo Rodrigo e Almeida. O aspecto mais positivo desse evento terá sido a vinda do Conde de Lippe e as reformas introduzidas na organização do exército lusitano da responsabilidade desse militar enviado pela Inglaterra.

Passados pouco mais de quarenta anos, a conjuntura é diferente mas o pretexto invocado contra Portugal é o mesmo, os blocos em presença apresentam alguma semelhança e a resposta de Portugal também não foi muito

⁴ GUSCIN, Mark, Prólogo ao livro de Pierre le Noble.

⁵ Um exemplo disto mesmo é Carlos de Azeredo que no seu sugestivo livro *As populações a norte do Douro e os franceses em 1808 e 1809* (Porto, Museu, Militar, 1984) fala do «estilo panegirista» do autor e da propensão a minimizar certos aspectos (p. 214 e 225) mas transcreve (e ainda bem) várias passagens de Le Noble. Por outro lado, as excelentes notas pé-de-página do Revisor da edição, Antonio Osende Barallobre, dão-nos conta de várias incorrecções e omissões. Nós acrescentaremos que há no texto muitos topónimos com grafia errada, o que não admira num estrangeiro que está de passagem. Assim Vila Ponca por Vila Pouca, Arouco por Arouca, Povoia da Ragoa por Peso da Régua, Arojana por Arrifana, etc.

⁶ GUSCIN, Mark in LE NOBLE, P., o.c., p. 17.

⁷ VICENTE, António Pedro, *O tempo de Napoleão em Portugal. Estudos Históricos*, 2ª edição, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2000, p. 14.

diferente. Mas há um dado novo que era um rasto de simpatia que existia em muitos portugueses pelos ideais da Revolução Francesa, que, aliás, desapareceu em grande parte durante as invasões.

Vejam os factos: Napoleão em Julho de 1807 intima Portugal a cumprir o «bloqueio continental» decretado no ano anterior e, portanto, a encerrar os seus portos à Inglaterra. Portugal cumpre a medida de encerramento mas autoriza que os ingleses continuem residindo no país. A atitude não agrada a Napoleão que, liberto dos compromissos na Itália, Alemanha e Polónia pela paz de Tilsit⁸, chega a um acordo secreto com a Espanha no qual se previa que o nosso país seria retalhado e repartido. (Tratado de Fontainebleau). Logo a seguir (11 de Outubro de 1807) é dada ordem a Junot para invadir Portugal.

Junot, conluiado com os espanhóis, conheceu algum sucesso inicial dada a passividade dos portugueses, mas não logrou apanhar em Lisboa a família real. Poucos meses decorridos, a Espanha desiludida com as «traições» de Napoleão subleva-se, os militares do país vizinho regressam ao seu país, e em Portugal cresce uma vaga de fundo insurreccional contra a França que, apoiada pela Inglaterra, vai conseguir expulsar os franceses. Mas Napoleão não desiste e as tropas gaulesas vão continuar em Espanha, para onde se dirige o próprio Napoleão em pessoa, estabelecendo o principal teatro de guerra na Galiza aonde entretanto tropas inglesas, comandadas pelo infeliz Sir John Moore, haviam ocorrido em auxílio de Espanha. A principal batalha, travada em La Coruña em 16 de Janeiro de 1809, ficou célebre, com a curiosidade de a vitória ser reivindicada por ambos os contendores,⁹ embora a cidade bem como a de Ferrol tivessem sido tomadas pelos franceses e o exército inglês, para além de perder o seu comandante, tenha embarcado precipitadamente, não em direcção à Inglaterra, como erradamente pensou Napoleão, mas em direcção à costa lusitana.

Breve descrição dos passos principais da segunda invasão francesa

Na sequência destas acções, Napoleão que, entretanto recebera informações inquietantes de Paris que o obrigaram a regressar, deu ordem a Soult para iniciar a invasão de Portugal. O marechal tomou conhecimento dessa ordem em 28 de Janeiro de 1809. Encontrando-se no Ferrol¹⁰, era instruído para entrar pela fronteira da Galiza, descer pelo litoral, ocupar a cidade do Porto e até se apontava a data para o efeito – o dia 5 de Fevereiro. Daí dirigir-se-ia a Lisboa pelo caminho mais curto, devendo chegar à capital a 16 de Fevereiro. Tal como Junot, assumiria o título de Governador Geral do país. E tão depressa quanto possível, convenceria os portugueses de que a Casa de Bragança, tendo fugido para o Brasil, perdera a legitimidade de reinar na Europa¹¹

Recebida a mensagem do Imperador, o marechal tratou de dar ordens aos seus generais para que a sua vontade fosse cumprida. E das conversações havidas com o valoroso e infeliz general Franchesci admitiu que seria possível atravessar a fronteira em Tui, não obstante o tempo de chuva persistente e abundante. Fizeram-se várias tentativas para passar o rio Minho em Tui e em La Guardia mas o êxito foi nulo.

Aquela breve e fracassada experiência demonstrou a Soult duas evidências:

- a) os portugueses iriam oferecer grande resistência;
- b) não era aconselhável seguir o caminho do litoral, como fora planeado.

Ocorreu então a alternativa de Orense onde havia uma ponte sobre o Minho, deixando-se em Tui uma força de ocupação e algumas centenas de feridos e enfermos. Mas por toda a parte os galegos mobilizados, sem esquecer os monges dos diversos conventos, estavam dispostos a dar luta. Para além disso, a presença das tropas do general espanhol La Romana não permitiam aos franceses grandes optimismos. Derrotá-lo ou enfraquê-lo tornou-se um objectivo na medida em que disso podia depender a entrada em Portugal.¹²

Uma vez em Orense, o marechal foi informado de que havia mais que um caminho para entrar em Portugal:

- um por Montalegre, que não servia de grande coisa porque não permitia a passagem dos carros e da artilharia;
- outro pelo vale do Lima mas esse percurso era o mais perigoso visto que La Romana poderia apoderar-se dos desfiladeiros e encurralar o exército francês;

⁸ LE NOBLE, P., o.c., p. 19.

⁹ LE NOBLE, P., o.c. nota do tradutor, p. 51.

¹⁰ LE NOBLE, P., o.c. p. 71.

¹¹ LE NOBLE, o.c., p. 59.

¹² Ver o capítulo III da obra de Le Noble (p. 71-93).

- a terceira via, que foi a escolhida, passava por Chaves, tanto mais que se sabia que aquela cidade não reconstruía as suas fortificações após a invasão de 1762 (o que se veio a verificar não ser totalmente verdade) e estava ligada a Braga por uma estrada que daria passagem aos carros e à artilharia. De qualquer modo, já a «Memoire militaire» de Augusto Chavier publicada por António Pedro Vicente aconselhara esse itinerário¹³. Para chegar a Chaves seguindo o caminho de Verin e Puebla de Sanabria foi preciso vencer não só a resistência oferecida pelas tropas de La Romana mas também de um grupo de 3.000 portugueses (números de Le Noble) que haviam entrado quinze quilómetros em território espanhol para reforçar a resistência ao invasor¹⁴.

A entrada em Chaves verificou-se em 12 de Março após capitulação difícil do comandante mas antes foi necessário afastar o General Silveira que se postara com o seu exército de 8.000 homens (contas de Le Noble¹⁵ mas, na realidade, menos numeroso¹⁶), bastante perto da cidade, na estrada de Vila Real. Em Chaves, ao castigo e à represália, Soult terá preferido desenvolver acção psicológica junto da população no sentido de a convencer de que os franceses não eram bárbaros antes vinham a Portugal como amigos e para garantir a não união com a Espanha¹⁷, discurso que repetiu noutros lugares.

Naquela cidade, tal como fizera Junot, Soult assumiu o título de Governador Geral de Portugal e logo mandou emissários a Mirandela e Bragança. E tratou de preparar a conquista do Porto, tratando de averiguar qual o melhor itinerário, se por Vila Real, se por Braga. Optou-se pelo de Braga, dadas as dificuldades que o caminho de Vila Real deixava adivinhar que tinham a ver com as montanhas e rios que era imperioso vencer e ainda pela falta de provisões. Essas dificuldades previam-se bem menores na opção pela via de Braga que, na perspectiva do Comissário, não obstante os muitos desfiladeiros, oferecia a (sonhada) vantagem de dispor de víveres em abundância, embora tivesse que enfrentar a resistência das tropas do general Bernardim Freire de Andrade. Por outro lado, a maior proximidade de Tui, onde fora instalado o armazém geral do exército¹⁸, constituía outro argumento positivo, ainda que posteriormente se viesse a verificar que aquela praça fronteiriça estava bloqueada por um grupo numeroso de portugueses e galegos¹⁹.

A caminhada foi difícil em virtude da forte oposição encontrada não só por parte das tropas organizadas (os pequenos exércitos de Silveira e de Freire de Andrade) mas também das populações que, conhecendo e aproveitando a geografia, adoptaram estratégias de guerra de guerrilha, em ambiente de grande exaltação e de radicalismo de sentimentos. E foi a exaltação extremista e a desconfiança das populações exploradas por fanáticos odientos que levou à morte ignominiosa e bárbara de Freire de Andrade e outros – espectáculo horrível que tanto impressionou Le Noble.

As descrições do perfil e das dificuldades do terreno e dos recontros sucessivos entre as tropas francesas e a resistência portuguesa feitas por Le Noble até à conquista de Braga, que se deu em 20 de Março, são pormenorizadas, muito realistas e merecem ser lidas com atenção. Não resistimos a citar as observações do autor estrangeiro a propósito do ânimo dos portugueses:

«nos combates vimos uma valentia pessoal extraordinária que nos recordou o carácter orgulhoso e valoroso dos portugueses de outrora que comandados pelos Gama, os Albuquerque, os Carrasco, os Ataídes e os Sousa conseguiram conquistar as Índias com um heroísmo igual aos mais famosos que a História antiga conserva»²⁰.

Para grande desilusão dos franceses, a cidade de Braga estava quase deserta de pessoas e vazia de provisões, pelo que se tornou necessária uma grande campanha para convencer a população a regressar. A ideia-força transmitida

¹³ VICENTE, António Pedro, *Mémoire militaire sur les routes que se dirigent de la Galice, du royaume de Léon et de la province de Zamora sur Oporto* citado por SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. VII, p. 63.

¹⁴ LE NOBLE, P., o.c, p. 98. Ver todo o capítulo IV.

¹⁵ LE NOBLE, P., o.c, p.107.

¹⁶ Joaquim Veríssimo SERRÃO aponta 2.800 homens, 60 soldados de cavalaria e quatro a cinco milhares de voluntários (*História de Portugal*, vol VII, p. 63.

¹⁷ LE NOBLE, P., o.c, p 109.

¹⁸ LE NOBLE, P., o.c, p.112.

¹⁹ LE NOBLE, o.c., p. 129.

²⁰ LE NOBLE, P., o.c, p.124. Ver todo o capítulo V.

pelos franceses era semelhante à difundida em Chaves: os franceses tinham vindo a Portugal somente para resgatar este bonito país do jugo ruinoso dos ingleses²¹.

O objectivo imediato era a conquista do Porto. Ansiavam os franceses por esse momento, não só porque essa era uma etapa obrigatória do plano napoleónico mas também porque se esperava, finalmente, encontrar uma cidade com abundância de viveres. Mas as notícias de que as pontes sobre o Rio Ave se achavam cortadas e que na cidade do Porto se reunira um exército com 60.000 homens entre soldados regulares e milícias, enquadrados por oficiais ingleses, não eram muito animadoras, tanto mais que o exército francês estava reduzido a 20.000 homens²².

Como quer que fosse, a ordem para avançar foi dada a 24 de Março. A resistência foi tenaz sobretudo na ponte de Negrelas e na Barca da Trofa, obrigando as tropas francesas a recuar e a ver desaparecer homens de grande valor militar, como foi o caso do general Jardon. Só no dia 26 foi ultrapassado o Ave em dois sítios menos fortificados. No dia 28 Soult escreveu ao Bispo do Porto, D. António de São José e Castro, procurando convencê-lo a não oferecer resistência, tanto mais que, afirmava, vinham como amigos para os livrar dos ingleses. Subliminarmente responsabilizava-o pelo muito sangue que iria correr.

Entretanto, Le Noble entretém-se a descrever os pontos fortes da preparação militar do Porto perante a iminência da chegada do invasor: merecem-lhe referência o exército comandado pelo Bispo da cidade que escolhera o Convento da Serra como seu quartel-general e elogia a beleza e a funcionalidade estratégica da Ponte das Barcas no meio da qual existia uma dupla ponte levadiça para poderem passar os barcos, ponte levadiça que também podia servir para a tornar inoperacional se tal se mostrasse necessário²³. E não lhe escapou a lembrança trágica da exaltação desagrada do povo contra o «espírito francês» que levou à chacina do general Luís Oliveira.

Em 28 de Março as tropas de Soult estavam em São Mamede de Infesta. Nesse mesmo dia Soult fez anunciar que na manhã seguinte, pelas seis horas, daria início ao ataque final, segundo um plano no qual cada um dos seus generais era incumbido de uma tarefa específica. Não obstante a resistência, ao que parece anárquica e desorganizada, a cidade insubordinada «como um reino dividido contra si mesmo»²⁴ (Carlos Azeredo), acabou por cair nas mãos do invasor. Na opinião de Le Noble, que não poupa palavras para exaltar a generosidade, o altruísmo, a abnegação e o humanismo dos soldados franceses²⁵ e até dos generais, como terá sido o caso do malgrado general Franceschi²⁶, poucas jornadas terão sido tão brilhantes para o exército francês como o dia 29 de Março²⁷.

Mas há outro balanço francês do combate do Porto menos elogioso o qual não hesita em falar sarcasticamente das circunstâncias do massacre do Porto, massacre que se deveu ao facto de durante as primeiras 24 horas se ter permitido toda a liberdade de saque e de barbárie à tropa francesa.²⁸

Para os portugueses, por muitos anos o dia 29 de Março será recordado como um dia negro em virtude do chamado desastre da Ponte das Barcas que, aliás, Le Noble não esconde mas sugere que os seus efeitos terríveis se deveram à cavalaria do Bispo que por ali fugiu desordenadamente, calcando muitos e provocando o afogamento dos que não eram atropelados. O número de baixas apresentado pelo Comissário é terrível: 8.000 mortos para além do número de afogados que considera «incalculável»²⁹. É que os afogados não resultaram apenas dos que estavam na ponte que se rompeu mas também do afundamento, por excesso de carga, das embarcações onde as pessoas se enfiavam desesperadamente para fugir aos franceses. Do lado do invasor, Le Noble não achou mais que 80 mortos franceses e 350 feridos.

Consumada a conquista do Porto, Soult tratou de a consolidar, procurando desdramatizar a situação e tentando recuperar o ânimo dos portugueses e dos portugueses com a conversa de sempre. Que vinham como amigos, etc, etc. Mas não foi fácil. A cidade do Porto não dispunha de tantas provisões nem de dinheiro como eles supunham e, porventura, seria de esperar numa cidade de grande comércio marítimo. Até a venda de vinho generoso apreendido em armazéns ou em barcos ingleses foi difícil ou impossível de efectivar. Depois, quando começou a enviar forças para

²¹ LE NOBLE, P, o.c., p. 127.

²² LE NOBLE, P, o.c., p. 130-131.

²³ LE NOBLE, P, o.c., p.137.

²⁴ AZEREDO, Carlos, *As populações ...*, p. 126.

²⁵ LE NOBLE, P, o.c, p. 151 e 152.

²⁶ LE NOBLE, P, o.c, p. 235.

²⁷ LE NOBLE, P, o.c., p 148.

²⁸ AZEREDO, Carlos, o.c., p. 132.

²⁹ LE NOBLE, P, o.c., p, 147.

norte, para leste e para sul para afirmar e confirmar o domínio francês não conseguiu ultrapassar o Vouga. E tanto no Entre Douro e Minho como em Trás-os-Montes, por toda a parte, deparou com resistências porfiadas e golpes de guerrilha que desmoralizavam as suas tropas. Essa mensagem de resistência é bem clara no texto de Le Noble. E surgiam notícias de que, na fronteira do Minho, portugueses e galegos se concertavam não só para fazer frente aos invasores mas também para os expulsar. Entretanto, Chaves fora retomada pelo valente general Francisco Silveira.

Aliás o comando francês foi percebendo que sem eliminar os generais Silveira na zona de Amarante e do Tâmega e Bouzelo na fronteira do Minho, não poderia pensar em avançar para Lisboa. O que, aliás, nunca conseguiu, ainda que Silveira tenha sido ocasionalmente batido na ponte de Amarante na madrugada de 2 de Maio de 1809, feito heróico que, na opinião de Le Noble, deve figurar nos fastos da nação francesa. Mas o insubmisso general logo recuperou. Provavelmente Le Noble terá razão quando se queixa de que os franceses não aproveitaram bem essa vitória.

Entretanto, o auxílio da Inglaterra que se sabia estar no terreno, tornou-se mais visível e efectivo, quando Sir Arthur Wellesley apareceu no Porto junto à Quinta do Prado, dos Bispos do Porto. Em 12 de Maio foi possível assenhorear-se da cidade.

Soult não teve outra alternativa senão abandonar precipitadamente o burgo. Deste modo, o Porto que fora a coroa de glória do Duque da Dalmácia foi também o início da sua derrota nesta missão.

De facto, a segunda invasão, na perspectiva de Le Noble, resultou num fracasso³⁰. Porquê? Porque o projecto foi um erro em si mesmo. Ou seja, Napoleão, mal informado, laborou numa série de equívocos que o levaram a conceber mal e a planear pior a operação. Que equívocos?

a) Napoleão convenceu-se, sem fundamento para tal, de que os portugueses receberiam os franceses como amigos. Para lhe demonstrar o contrário teria sido fácil: bastava que alguém o tivesse informado de que todo o Portugal se levantara contra Junot e os interesses que ele representava.

b) Pensou que os ingleses que, embarcaram precipitadamente em La Coruña, iriam regressar a Inglaterra e deixar os portugueses sem esperança, quando afinal a realidade foi bem diferente, pois rumaram a Portugal.

c) O exército francês era débil, cansado, pouco numeroso e mal equipado face ao exército anglo-lusitano incomparavelmente mais numeroso e melhor apoiado.

Em tudo isto, o menos culpado, na opinião de Le Noble, foi Soult e assim, na sua opinião, o entendeu o Imperador que em vez de o humilhar após o fracasso, como muitos pretendiam, antes o promoveu.

Ao tentar justificar e desculpar o fracasso da invasão, para além de sublinhar repetidamente os aspectos que acabei de enunciar, Le Noble refere ainda três circunstâncias importantíssimas.

A primeira tem a ver com o que poderíamos chamar «a guerra da informação», ou seja, a recolha e circulação de informações. Soult terá movido montanhas para criar um sistema de informações eficaz. Mas a discrição dos portugueses alimentada desde a guerra da Restauração, discrição que ele chama de «proverbal», não forneceu ao inimigo mais que informações «vagas e por vezes contraditórias³¹». Portanto, com ou sem culpa, Soult perdeu a guerra da informação.

A segunda relaciona-se com a guerra das estratégias. Ou seja, teoricamente Portugal devia ser atacado coordenadamente em três frentes: a norte pelo marechal Soult; a leste por Ciudad Rodrigo e por Almeida pelo General Lapisse; e, mais a sul, entre Badajoz e o Tejo pelo Marechal Victor. A norte tudo se cumpriu.

Mas sucedeu que:

por um lado, os ingleses enviados a Portugal, colocaram-se em locais estratégicos: o General Cradock em Tomar, com tropas em Santarém, Tomar e Leiria; o General Mackenzie, por ordem de Wellesley postara-se em Abrantes com uma divisão inglesa e uma brigada de cavalaria para reforçar as tropas do Alentejo e vigiar a marcha do Marechal Victor; Beresford defendia o Douro frente a Lamego e Silveira na zona de Chaves impediria a retirada dos franceses por aquela zona;

por outro lado, os generais Lapisse e Victor não cumpriram: o primeiro porque entendeu que não era necessário entrar em Portugal e marchar para Abrantes, deixando livres as duas praças de Almeida e Ciudad Rodrigo. Apesar das ordens que havia recebido, preferiu avançar ao longo da fronteira espanhola e reuniu-se em Alcântara, no vale do Tejo espanhol, com o Marechal Victor. Este, ignorando o êxito de Soult, no Norte, foi-se

³⁰ Estas ideias são desenvolvidas ao longo do capítulo II do livro de Le Noble (p. 59-70).

³¹ LE NOBLE, P., o.c., p.186

aproximando do Guadiana³², regressando mais tarde já em meados de Maio a Alcântara³³. A acusação a Lapisse é retomada por Le Noble no balanço final³⁴.

A terceira circunstância: a questão da moral das tropas. Havia entre os franceses expedicionários muitos medos acumulados³⁵. Além disso, entre os militares gauleses havia quem não compreendesse a motivação da guerra contra Espanha e Portugal senão como um desígnio pessoal de Napoleão e achasse essa guerra injusta. Ainda que esse sentimento não fosse generalizado, foi divulgado e isso constituiu mais um contratempo a que Soult teve que fazer frente³⁶.

Como quer que seja, com ou sem culpas do Duque da Dalmácia (para Le Noble, Soult, como dissemos, não merece senão elogios), a verdade é que o Marechal teve que retirar precipitadamente do Porto, não sem antes destruir tudo o que pudesse atrasar a marcha (incluindo o produto de saques e património valioso roubado aos portugueses durante a campanha), optando por romper pelo Vale do Sousa e reunindo os corpos do seu exército lá mais adiante nos altos de Guimarães, seguindo por Póvoa de Lanhoso, Salamonde, Misarela, Peneda, atingindo terras da Galiza em 19 de Maio. A decisão de avançar para Lugo teve em conta informações sobre a localização do general Ney e o cerco que naquela cidade padecia uma guarnição francesa.

Para Le Noble, no entanto, a retirada de Soult foi gloriosa e «merece um lugar entre as mais célebres»³⁷.

Soult continuou por Espanha e depois das batalhas de Talavera de la Reina (de resultado dividido) e Puente el Arzobispo em 8 de Agosto de 1809 na sequência da qual deixou as tropas inglesas e espanholas em tão abatido estado moral que, ao relatar os acontecimentos ao rei, propôs em alternativa o seguinte:

- a) marchar sobre Lisboa para destruir os postos ingleses antes que o exército pudesse regressar e impedir o seu embarque ou
- b) pôr cerco a Ciudad Rodrigo e Almeida para dali assegurar e garantir o domínio das operações militares em Portugal.

O Rei acabou por não aceitar nenhum dos projectos e não soube aproveitar a vantagem adquirida em Puente del Arzobispo.

Le Noble conclui (e eu também vou concluir) com uma advertência final em que valoriza o sentido estratégico do seu chefe: «deve-se fazer constar que o plano do Marechal Soult de juntar um exército de 70.000 homens para tomar Ciudad Rodrigo e Almeida e para actuar de seguida em Portugal, foi adoptado e executado por Napoleão dez meses depois»³⁸.

³² LE NOBLE, P., o.c., p.189

³³ LE NOBLE, P., o.c., p.219

³⁴ LE NOBLE, P., o.c., p. 212

³⁵ LE NOBLE, P., o.c., p.192.

³⁶ LE NOBLE, P., o.c., p. 211.

³⁷ LE NOBLE, P., o.c., p. 211.

³⁸ LE NOBLE, P., o.c., p. 258. Veja-se todo o capítulo X que é o último da obra.